

CONCURSO PÚBLICO

20. PROVA OBJETIVA

ADVOGADO ESPECIALISTA (DIREITO ADMINISTRATIVO)

INSTRUÇÕES

- ♦ VOCÊ RECEBEU SUA FOLHA DE RESPOSTAS E ESTE CADERNO CONTENDO **80** QUESTÕES OBJETIVAS.
- ♦ PREENCHA COM SEU NOME E NÚMERO DE INSCRIÇÃO OS ESPAÇOS RESERVADOS NA CAPA DESTA CADERNO.
- ♦ LEIA CUIDADOSAMENTE AS QUESTÕES E ESCOLHA A RESPOSTA QUE VOCÊ CONSIDERA CORRETA.
- ♦ RESPONDA A TODAS AS QUESTÕES.
- ♦ MARQUE, NA FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS, QUE SE ENCONTRA NO VERSO DESTA PÁGINA, A LETRA CORRESPONDENTE À ALTERNATIVA QUE VOCÊ ESCOLHEU.
- ♦ TRANSCREVA PARA A FOLHA DE RESPOSTAS, COM CANETA DE TINTA AZUL OU PRETA, TODAS AS RESPOSTAS ANOTADAS NA FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS.
- ♦ A DURAÇÃO DA PROVA É DE **4** HORAS.
- ♦ A SAÍDA DO CANDIDATO DO PRÉDIO SERÁ PERMITIDA APÓS TRANSCORRIDA A METADE DO TEMPO DE DURAÇÃO DA PROVA OBJETIVA.
- ♦ AO SAIR, VOCÊ ENTREGARÁ AO FISCAL A FOLHA DE RESPOSTAS E ESTE CADERNO, PODENDO DESTACAR ESTA CAPA PARA FUTURA CONFERÊNCIA COM O GABARITO A SER DIVULGADO.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

Número de inscrição _____

FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS

QUESTÃO	RESPOSTA
01	A B C D E
02	A B C D E
03	A B C D E
04	A B C D E
05	A B C D E

QUESTÃO	RESPOSTA
21	A B C D E
22	A B C D E
23	A B C D E
24	A B C D E
25	A B C D E

QUESTÃO	RESPOSTA
41	A B C D E
42	A B C D E
43	A B C D E
44	A B C D E
45	A B C D E

QUESTÃO	RESPOSTA
61	A B C D E
62	A B C D E
63	A B C D E
64	A B C D E
65	A B C D E

06	A B C D E
07	A B C D E
08	A B C D E
09	A B C D E
10	A B C D E

26	A B C D E
27	A B C D E
28	A B C D E
29	A B C D E
30	A B C D E

46	A B C D E
47	A B C D E
48	A B C D E
49	A B C D E
50	A B C D E

66	A B C D E
67	A B C D E
68	A B C D E
69	A B C D E
70	A B C D E

11	A B C D E
12	A B C D E
13	A B C D E
14	A B C D E
15	A B C D E

31	A B C D E
32	A B C D E
33	A B C D E
34	A B C D E
35	A B C D E

51	A B C D E
52	A B C D E
53	A B C D E
54	A B C D E
55	A B C D E

71	A B C D E
72	A B C D E
73	A B C D E
74	A B C D E
75	A B C D E

16	A B C D E
17	A B C D E
18	A B C D E
19	A B C D E
20	A B C D E

36	A B C D E
37	A B C D E
38	A B C D E
39	A B C D E
40	A B C D E

56	A B C D E
57	A B C D E
58	A B C D E
59	A B C D E
60	A B C D E

76	A B C D E
77	A B C D E
78	A B C D E
79	A B C D E
80	A B C D E

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **10**.

Paradoxalmente, rádio e televisão podem oferecer-nos o mundo inteiro em um instante, mas o fazem de tal maneira que o mundo real desaparece, restando apenas retalhos fragmentados de uma realidade desprovida de raiz no espaço e no tempo. Como, pela atopia das imagens, desconhecemos as determinações econômico-territoriais (geográficas, geopolíticas etc.) e como, pela acronia das imagens, ignoramos os antecedentes temporais e as consequências dos fatos noticiados, não podemos compreender seu verdadeiro significado. Essa situação se agrava com a TV a cabo, com emissoras dedicadas exclusivamente a notícias, durante 24 horas, colocando em um mesmo espaço e em um mesmo tempo (ou seja, na tela) informações de procedência, conteúdo e significado completamente diferentes, mas que se tornam homogêneas pelo modo de sua transmissão. O paradoxo está em que há uma verdadeira saturação de informação, mas, ao fim, nada sabemos, depois de termos tido a ilusão de que fomos informados sobre tudo.

Se não dispomos de recursos que nos permitam avaliar a realidade e a veracidade das imagens transmitidas, somos persuadidos de que efetivamente vemos o mundo quando vemos a TV. Entretanto, como o que vemos são as imagens escolhidas, selecionadas, editadas, comentadas e interpretadas pelo transmissor das notícias, então é preciso reconhecer que a TV é o mundo. É este o significado profundo da atopia e da acronia, *ou* da ausência de referenciais concretos de lugar e tempo – *ou seja*, das condições materiais, econômicas, sociais, políticas, históricas dos acontecimentos. *Em outras palavras*, essa ausência não é uma falha ou um defeito dos noticiários e sim um procedimento deliberado de controle social, político e cultural.

(Marilena Chauí, *Simulacro e poder* – uma análise da mídia. 2006)

01. É correto afirmar que, do ponto de vista da autora, a TV

- (A) representa uma ameaça à sociedade, pois traz para os telespectadores informações que carecem de veracidade e comprovação.
- (B) falseia a realidade, apresentando-a ao público como se este estivesse presenciando os fatos.
- (C) manipula as informações, expondo a realidade fragmentada, o que constitui uma forma de exercer controle sobre a sociedade.
- (D) tem o condão de alienar a sociedade, graças à seleção deliberada de assuntos que afastam o cidadão das causas sociais.
- (E) não contribui com o processo de construção de conhecimento, tampouco o prejudica, pois ocupa-se com os fatos de diferentes lugares e épocas.

02. Segundo o texto, a homogeneização da informação consiste em

- (A) apresentar de forma não diferenciada fatos de natureza e essência distintas.
- (B) fazer crer que não há fatos diferentes ao longo das 24 horas de transmissão.
- (C) falsear a realidade, expondo fatos sem identificação de fonte.
- (D) mistificar a realidade, deixando-a irreconhecível para o público.
- (E) padronizar valores sociais, de acordo com um paradigma preestabelecido.

03. Observe as expressões destacadas no trecho final do texto (*ou, ou seja, em outras palavras*). É correto afirmar que

- (A) as duas primeiras expressões servem para introduzir ideias que se contrapõem, pelo sentido.
- (B) a primeira delas relaciona ideias que se excluem; a segunda e a terceira, ideias que se alternam.
- (C) as três expressões introduzem ideias que explicam e ampliam o significado de outras que as precedem no contexto.
- (D) a última expressão resume o sentido das anteriores, servindo como síntese das oposições que marcam as ideias desse trecho.
- (E) as duas últimas expressões são sinônimas e introduzem ideias análogas, fazendo apologia dos conteúdos veiculados na TV.

04. Assinale a alternativa em que o verbo *fazer* está empregado com a mesma função, de verbo substituto, que tem na frase – *rádio e televisão podem oferecer-nos o mundo inteiro em um instante, mas o fazem de tal maneira que o mundo real desaparece*.

- (A) Elas aceitam encomendas de doces e os fazem cada dia melhores.
- (B) Especializado em personagens trágicos, ele os faz com perfeição.
- (C) Viu o carro à noite, o que o fez crer que estava em bom estado.
- (D) A empresa precisa investir em novos equipamentos, pois não o faz há tempos.
- (E) Investiram em tecnologia de ponta, e isso os fez os melhores do mercado.

05. Assinale a alternativa contendo as palavras que se associam, pelo significado, respectivamente, com – raiz, atopia e acronia.

- (A) Radical; topônimo; intemporal.
- (B) Original; atípico; distância.
- (C) Fundamento; átona; acrítico.
- (D) Vegetal; distonia; diacronia.
- (E) Básico; topógrafo; acre.

06. Observe o seguinte trecho:

Como, pela atopia das imagens, desconhecemos as determinações econômico-territoriais (geográficas, geopolíticas etc.) e como, pela acronia das imagens, ignoramos os antecedentes temporais e as consequências dos fatos noticiados, não podemos compreender seu verdadeiro significado.

Considere as seguintes afirmações acerca desse trecho.

- I. As frases iniciadas pela palavra *como* introduzem, no contexto, comparações.
- II. As frases – *pela atopia das imagens e pela acronia das imagens* – introduzem, no contexto, informação de causa.
- III. A frase final – *não podemos compreender seu verdadeiro significado* – tem o sentido de consequência.
- IV. Redigida na voz passiva, a frase final será – *não se pode compreender seu verdadeiro significado*.

São corretas as afirmações

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

07. Assinale a alternativa que preenche, respectivamente, as lacunas, em consonância com a norma culta.

O paradoxo está em que _____, mas, ao fim, _____, depois _____ a ilusão de que fomos informados sobre tudo.

- (A) saturam-se as informações ... não sabe-se nada ... de ter-se tido
- (B) deve haver informações saturadas ... não se sabe nada ... que tivemos
- (C) pode existir informações saturadas ... nada sabe-se ... de tida
- (D) se satura as informações ... de nada se sabe ... que teve-se
- (E) existe informações saturadas ... nada se sabe ... de se ter tido

08. Assinale a alternativa que apresenta pontuação e emprego de pronomes de acordo com a norma culta.

- (A) A realidade e a veracidade das imagens estão a nossa disposição, para que possamos lhes avaliar.
- (B) Comumente, as emissoras que se dedicam a notícias colocam-nas no ar, sem averiguar sua procedência.
- (C) Rádio e televisão pesquisam o mundo inteiro; e podem nos oferecer ele em um instante.
- (D) São imagens escolhidas, às quais nós as vemos pela TV.
- (E) Existe uma ausência, cuja, em outras palavras não é: falha ou defeito dos noticiários.

Para responder às questões de números 09 e 10, considere a seguinte passagem:

Se não (I) *dispomos de recursos* que nos permitam (II) *avaliar a realidade e a veracidade* das imagens transmitidas, somos (III) *persuadidos de* que efetivamente vemos o mundo (IV) quando *vemos a TV*.

09. Assinale a alternativa que substitui os trechos destacados, obedecendo à norma culta de regência e de crase.

- (A) (I) contamos; (II) chegar na realidade e à veracidade; (III) levados à crer; (IV) assistimos a TV.
- (B) (I) contamos com; (II) chegar a realidade e a veracidade; (III) levados à crer; (IV) assistimos na TV.
- (C) (I) contamos; (II) chegar na realidade e na veracidade; (III) levados a crer; (IV) assistimos pela TV.
- (D) (I) contamos com; (II) chegar à realidade e a veracidade; (III) levados à crer; (IV) assistimos a TV.
- (E) (I) contamos com; (II) chegar à realidade e à veracidade; (III) levados a crer; (IV) assistimos à TV.

10. A alternativa que, reescrevendo esse trecho, apresenta-se de acordo com a norma culta é:

- (A) Se caso não dispormos de recursos que nos permitam avaliar a realidade e a veracidade das imagens transmitidas, seríamos persuadidos de que vemos o mundo quando vemos a TV.
- (B) Caso não dispormos de recursos que nos permitem avaliar a realidade e a veracidade das imagens transmitidas, somos persuadidos de que vemos o mundo quando vemos a TV.
- (C) Caso não dispusermos de recursos que nos permitam avaliar a realidade e a veracidade das imagens transmitidas, somos persuadidos de que vemos o mundo quando vemos a TV.
- (D) Se caso não dispúnhamos de recursos que nos permitissem avaliar a realidade e a veracidade das imagens transmitidas, somos persuadidos de que vemos o mundo quando vemos a TV.
- (E) Caso não disponhamos de recursos que nos permitam avaliar a realidade e a veracidade das imagens transmitidas, seremos persuadidos de que vemos o mundo quando vemos a TV.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

11. O direito de petição foi previsto em todas as constituições brasileiras e na Constituição Federal de 1988 constitui-se em um direito público subjetivo, de participação democrática, que visa assegurar a todos, independentemente do pagamento de taxas, o direito de

- (A) obter certidões para defesa de direitos ou esclarecimento de interesse pessoal.
- (B) anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.
- (C) ajuizar as ações de *habeas corpus* e *habeas data*, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.
- (D) para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública.
- (E) peticionar aos Poderes Públicos, Executivo, Legislativo e Judiciário, para defender seus direitos.

12. Leia as seguintes assertivas.

- I. O veto presidencial é a discordância do Chefe do Executivo Federal com o projeto de lei ordinária ou complementar, aprovado pelo Congresso Nacional. As razões que motivaram o veto devem ser comunicadas ao Presidente do Congresso Nacional em 15 (quinze) dias úteis.
- II. A proposta de Emenda Constitucional aprovada será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem. Caso, no entanto, seja rejeitada, ou havida como prejudicada, não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, salvo mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
- III. A Medida Provisória constitui-se em espécie normativa de natureza infraconstitucional, com força equivalente àquela da lei, ainda que transitoriamente, porque, caso não seja convertida em lei no prazo constitucional, perderá a eficácia, desde sua edição.
- IV. O pedido de urgência no trâmite do processo legislativo pode ser efetuado pelo Presidente da República, o que determina que ambas as Casas do Congresso Nacional terão 45 dias cada para apreciar o projeto de lei. Se o prazo não for observado, sobrestar-se-ão todas as demais deliberações legislativas, com exceção das que tenham prazo constitucional determinado, como as Medidas Provisórias.

Somente estão corretas as afirmações

- (A) I e II.
- (B) III e IV.
- (C) II e IV.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

13. Assinale a alternativa correta.

- (A) O Vice-Presidente da República, no texto constitucional vigente, desempenha as funções de substituir ou suceder o Presidente da República, de auxiliá-lo em missões especiais, de participar dos Conselhos da República e de Defesa Nacional, sem prejuízo de outras tarefas que lhe venham a ser atribuídas em lei complementar.
- (B) Em caso de vacância da Presidência da República nos dois primeiros anos de mandato, deverá ser efetuada eleição indireta, trinta dias após a abertura da última vaga, pelo Congresso Nacional, devendo o eleito completar o tempo de mandato de seu antecessor.
- (C) Para concorrer ao cargo de Presidente da República, é necessário que o candidato seja brasileiro nato, encontre-se em pleno gozo dos direitos políticos, tenha a idade mínima de trinta anos, não incorra em nenhuma hipótese de inelegibilidade e seja filiado a partido político.
- (D) Se o Presidente ou o Vice-Presidente não comparecerem em até vinte dias da data fixada para a posse, salvo por motivo de força maior, o cargo será declarado vago, sendo sucessivamente chamados para ocupar o exercício da Presidência da República, o Presidente da Câmara dos Deputados, o Presidente do Senado Federal e o Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- (E) Será considerado eleito Presidente da República, o candidato que alcançar maioria absoluta dos votos na primeira votação. Caso isso não ocorra, far-se-á nova eleição em até trinta dias após a proclamação do resultado, concorrendo os dois candidatos mais votados, e considerando-se eleito aquele que obtiver a maioria dos votos válidos.

14. A súmula vinculante foi introduzida na Constituição Federal de 1988 pela Emenda Constitucional n.º 45/04 e regulamentada pela Lei Federal n.º 11.417/06, sendo aprovada após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação

- (A) aos demais órgãos do Poder Judiciário, cabendo reclamação ao Supremo Tribunal Federal da decisão judicial que lhe contrariar ou aplicar indevidamente.
- (B) aos demais órgãos do Poder Judiciário, à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal e ao Poder Legislativo, cabendo reclamação ao Supremo Tribunal Federal do ato administrativo ou decisão judicial que lhe contrariar ou aplicar indevidamente.
- (C) aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, cabendo reclamação ao Supremo Tribunal Federal do ato administrativo ou decisão judicial que lhe contrariar ou aplicar indevidamente.
- (D) ao Poder Executivo, nas esferas federal, estadual e municipal, cabendo reclamação ao Supremo Tribunal Federal do ato administrativo que lhe contrariar ou aplicar indevidamente.
- (E) ao Poder Legislativo, cabendo reclamação ao Supremo Tribunal Federal do ato administrativo ou projeto de lei que lhe contrariar ou aplicar indevidamente.

15. Leia as seguintes afirmações.

- I. Existente no Brasil desde a Constituição de 1891, permite a todo e qualquer juiz ou tribunal apreciar a inconstitucionalidade de leis ou atos normativos, como questão prejudicial.
- II. Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros, ou dos membros do respectivo órgão especial, poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- III. Técnica decisória que permite ao Supremo Tribunal Federal, sem empreender qualquer alteração gramatical dos textos legais, aplicar uma lei em determinado sentido, preservando-lhe a constitucionalidade.

Cada uma dessas assertivas corresponde a uma característica do controle de constitucionalidade em vigor. Assinale a alternativa que corretamente associa a característica à nomenclatura:

- (A) I – controle concentrado de constitucionalidade; II – declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade; III – interpretação conforme à constituição, com redução de texto.
- (B) I – controle difuso de constitucionalidade; II – declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade; III – interpretação conforme à constituição, com redução de texto.
- (C) I – controle concentrado de constitucionalidade; II – cláusula de reserva de plenário; III – declaração de inconstitucionalidade parcial, sem redução de texto.
- (D) I – controle difuso de constitucionalidade; II – cláusula de reserva de plenário; III – declaração de inconstitucionalidade parcial, sem redução de texto.
- (E) I – controle concentrado de constitucionalidade; II – declaração de inconstitucionalidade com pronúncia de nulidade; III – declaração de inconstitucionalidade parcial, sem redução de texto.

16. Assinale a alternativa correta.

- (A) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- (B) São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, podendo, no entanto, perder o cargo em razão de sentença judicial de primeira instância.
- (C) Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho pelo superior ou por comissão instituída para essa finalidade.
- (D) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração integral, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- (E) O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

17. Princípio de interpretação constitucional que desenvolve um raciocínio eminentemente crítico e global da constituição, para dela extrair a verdadeira finalidade de suas normas. Prioriza a integração política e social do Estado, reforçando, assim, sua unidade política.

O texto se refere à interpretação constitucional pelo princípio da

- (A) conformidade ou justeza constitucional.
- (B) eficácia integradora ou do efeito integrador.
- (C) concordância prática ou harmonização.
- (D) razoabilidade ou proporcionalidade.
- (E) ponderação de valores ou interesses.

18. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. A política de desenvolvimento e de expansão urbana tem como instrumento básico

- (A) a desapropriação de imóveis urbanos, feita com prévia e justa indenização em dinheiro ou por títulos cuja emissão deve ser aprovada pelo Senado Federal.
- (B) o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo.
- (C) o plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes.
- (D) a faculdade de exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado que promova seu adequado aproveitamento.
- (E) a usucapião de área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição.

19. Assinale a alternativa que contém três princípios específicos da ordem econômica na Constituição Federal de 1988.

- (A) Cidadania; valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- (B) Soberania nacional; cidadania; e redução das desigualdades sociais e regionais.
- (C) Dignidade da pessoa humana; pluralismo político; e independência nacional.
- (D) Construção de uma sociedade livre, justa e solidária; defesa do consumidor; busca do pleno emprego.
- (E) Função social da propriedade; soberania nacional; e redução das desigualdades regionais e sociais.

20. Legislar sobre jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia é competência

- (A) reservada aos Estados.
- (B) comum à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal.
- (C) concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.
- (D) privativa da União.
- (E) residual dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

21. Assinale a alternativa correta.

- (A) A revogação dos atos administrativos vinculados é uma forma de controle interno da Administração.
- (B) A homologação da licitação é ato de controle da legalidade dos atos administrativos.
- (C) A invalidação é ato de controle exclusivo do Poder Judiciário.
- (D) Ao particular não é permitido exercer o controle da Administração Pública.
- (E) O controle externo da Administração Federal é exercido pelo Tribunal de Contas da União, com o auxílio do Congresso Nacional.

22. No tocante ao regime jurídico das autarquias, é correto afirmar que

- (A) não se submetem à lei de licitações; não admitem nenhuma forma de contratação de seus agentes que não seja por concurso público.
- (B) são pessoas jurídicas de direito público de capacidade exclusivamente administrativa; são protegidas pela imunidade recíproca tributária.
- (C) podem ser criadas por decreto; submetem-se ao regime da responsabilidade objetiva.
- (D) fazem parte da administração direta; devem contratar por meio de licitação.
- (E) são pessoas jurídicas de direito público de capacidade política; são criadas por autorização legal.

23. Na licitação,

- (A) o procedimento será sigiloso, inclusive quanto ao conteúdo das propostas.
- (B) quando o setor público for efetuar alguma compra, as condições deverão, obrigatoriamente, diferenciar-se das condições de aquisição e pagamento do setor privado.
- (C) a permuta de bens móveis entre órgãos da Administração Pública poderá dispensar a licitação.
- (D) deverão ser escolhidos e convidados, na modalidade convite, pelo menos cinco interessados.
- (E) é permitida a combinação de até três tipos de modalidades.

24. Uma das peculiaridades do contrato administrativo é a existência de cláusulas exorbitantes. Dentre as alternativas a seguir, indique aquela que contém uma dessas cláusulas.

- (A) Rescisão contratual por acordo entre as partes.
- (B) Impossibilidade de rescisão contratual unilateral por parte da Administração.
- (C) Admissão plena da *exceptio non adimpleti contractus*.
- (D) Retomada do objeto do contrato.
- (E) Impossibilidade de fiscalização do objeto do contrato.

25. Assinale a alternativa correta sobre a responsabilidade dos servidores públicos.

- (A) A punição de um servidor que cometeu um ilícito limita-se a três esferas de responsabilidade: civil, administrativa e de improbidade.
- (B) A exoneração do servidor é punição decorrente do cometimento de falta grave.
- (C) As instâncias administrativa e judicial são independentes na apuração e responsabilização do servidor.
- (D) O servidor que enriqueceu ilicitamente pode ter cassados seus direitos políticos.
- (E) Em razão de prejuízos causados a terceiros, o servidor deverá responder objetivamente pelos respectivos danos.

26. A respeito do ato administrativo, pode-se afirmar que

- (A) a invalidação é o desfazimento do ato administrativo por razões de ilegalidade.
- (B) o ato administrativo não admite a convalidação.
- (C) o ato administrativo pode ser revogado pela Administração, mas não pode ser anulado por esta.
- (D) os atos administrativos dotados de imperatividade têm presunção absoluta de legalidade.
- (E) a licença é ato administrativo discricionário.

27. Na concessão do serviço público, a legislação estabelece que

- (A) as concessionárias devem oferecer ao consumidor, dentro do mês de vencimento, o mínimo de três datas opcionais para o pagamento dos respectivos débitos.
- (B) os contratos não podem conter mecanismos de revisão de tarifas, devendo estas ser reajustadas, exclusivamente, pela lei, a fim de proteger os usuários e consumidores.
- (C) a outorga de concessão terá, em regra, caráter de exclusividade.
- (D) a responsabilidade pelos serviços prestados será do poder concedente e da concessionária de forma solidária.
- (E) extinta a concessão, os bens reversíveis retornam ao poder concedente.

28. Assinale a alternativa que indica corretamente exemplos, respectivamente, de: bem de uso comum do povo; bem de uso especial; e bem dominical.

- (A) praça; veículo oficial; terra devoluta.
- (B) terreno de marinha; navio de guerra; bem móvel declarado inservível.
- (C) imóvel onde se encontra instalada repartição pública; rio; mercado municipal.
- (D) terra devoluta; rua; terreno de marinha.
- (E) material de consumo da Administração Pública; estrada; mar.

29. O direito que tem o expropriado de exigir de volta o seu imóvel caso este não tenha o destino para o qual foi desapropriado, denomina-se
- (A) tredestinação.
 - (B) preempção.
 - (C) desafetação.
 - (D) retrocessão.
 - (E) redestinação.
30. No procedimento da desapropriação,
- (A) esta se desenvolve em três fases: a declaratória, a instrutória e a executiva.
 - (B) a declaração expropriatória pode ser feita pelo Poder Executivo, por meio de decreto, ou pelo Legislativo, por meio de lei.
 - (C) a autorização legislativa é dispensada quando a desapropriação recair sobre bens públicos.
 - (D) a simples declaração de utilidade pública não gera qualquer direito ao poder expropriante sobre o bem expropriado, devendo-se efetuar o pagamento do preço do bem para sujeitar o bem ao seu poder.
 - (E) não há necessidade de indicar, no ato declaratório, os recursos orçamentários destinados ao atendimento da despesa, podendo tal indicação ser efetivada na fase instrutória.
31. De acordo com o que dispõe o direito administrativo, pode-se afirmar que o poder de polícia pode
- (A) punir o administrado com a desapropriação do bem.
 - (B) ser renunciado.
 - (C) restringir o direito individual, mas deve garantir antes de qualquer medida, por meio de processo administrativo, o direito à ampla defesa do particular.
 - (D) tanto ser discricionário como vinculado.
 - (E) incidir somente sobre pessoas, enquanto que a polícia judiciária incide sobre bens.
32. São exemplos de serviços públicos *uti universi* e *uti singuli*, respectivamente, os serviços de
- (A) saneamento e energia elétrica.
 - (B) energia elétrica e fornecimento de água.
 - (C) transporte público e segurança pública.
 - (D) fornecimento de gás e saúde.
 - (E) previdência social e ensino.
33. É(são) traço(s) comum(ns) às empresas públicas e sociedades de economia mista:
- (A) criação e extinção por decreto.
 - (B) personalidade jurídica de direito público.
 - (C) desempenho de atividade de natureza econômica.
 - (D) insubmissão ao controle estatal.
 - (E) organização jurídica sob qualquer das formas admitidas em direito.
34. Com relação às regras aplicáveis ao agente público, é correto afirmar que
- (A) é vedada, atualmente, a contratação de agentes públicos pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho.
 - (B) o cargo de oficial das Forças Armadas é privativo de brasileiros natos.
 - (C) o servidor que for eleito para mandato político deve pedir demissão do cargo público.
 - (D) não pode haver contratação de agente público por prazo determinado.
 - (E) o cometimento de falta grave pelo servidor acarreta a exoneração do cargo.
35. A licitação pode ser dispensada pelo administrador na seguinte hipótese:
- (A) compra de pão, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes.
 - (B) contratação de serviço de publicidade a ser prestado por renomada agência publicitária.
 - (C) aquisição de material de uso pessoal e administrativo de uso das Forças Armadas.
 - (D) quando houver inviabilidade de competição.
 - (E) contratação de profissional do setor artístico consagrado pela crítica especializada.
36. “Ato unilateral, discricionário e precário, pelo qual o poder público transfere a outrem a execução de um serviço público, para que o exerça em seu próprio nome e por sua conta e risco, mediante tarifa paga pelo usuário” denomina-se
- (A) concessão.
 - (B) autorização.
 - (C) transferência de outorga onerosa.
 - (D) permissão.
 - (E) encampação.

37. A respeito do processo administrativo disciplinar, é correto afirmar que
- (A) o processo disciplinar desenvolve-se em três fases: declaratória, contraditória e de julgamento.
 - (B) a existência da sindicância é pressuposto de validade do processo administrativo disciplinar.
 - (C) uma das características do processo disciplinar é a unilateralidade.
 - (D) a sindicância não pode ser utilizada como meio sumário de apuração de faltas do servidor.
 - (E) o princípio da verdade sabida, atualmente, não encontra fundamento no direito brasileiro para fins de aplicação de pena.
38. Em matéria de responsabilidade civil do Estado, o direito brasileiro
- (A) adota a teoria civilista.
 - (B) se baseia na culpa civil.
 - (C) estabelece a responsabilidade objetiva do servidor público causador do dano ao particular.
 - (D) admite causas excludentes da responsabilidade do Estado.
 - (E) afastou a necessidade do particular em comprovar o nexo de causalidade na ocorrência do dano.
39. Assinale a alternativa que contempla um bem dominical.
- (A) Rua.
 - (B) Rio.
 - (C) Terra tradicionalmente ocupada pelos índios.
 - (D) Prédio onde funciona uma repartição pública.
 - (E) Navio de guerra.
40. Na desapropriação, a indenização
- (A) deve ser, em regra, prévia, justa e em títulos da dívida pública.
 - (B) de benfeitorias úteis e necessárias em imóveis rurais, para fins de reforma agrária, deverá ser paga pela União em dinheiro.
 - (C) não deve incluir lucros cessantes.
 - (D) devida pela expropriação de imóveis urbanos deve incluir juros compensatórios, computando-se estes a partir do decreto expropriatório.
 - (E) a ser paga pelo Município em relação a imóvel urbano deve ter como parâmetro legal o valor venal do imóvel expropriado.
41. É correto afirmar que
- (A) as correções a texto de lei já em vigor não são consideradas lei nova.
 - (B) a lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
 - (C) a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a anterior.
 - (D) mesmo que se destine à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
 - (E) salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o País 3 meses depois de oficialmente publicada.
42. A desconsideração da personalidade jurídica tem como pressupostos legais para caracterizar o abuso de personalidade:
- (A) desvio de finalidade ou confusão patrimonial.
 - (B) desvio de finalidade ou previsão legal específica.
 - (C) previsão legal específica ou confusão patrimonial.
 - (D) responsabilidade ilimitada da pessoa jurídica cumulada com o desvio de finalidade.
 - (E) responsabilidade ilimitada da pessoa jurídica cumulada com a confusão patrimonial.
43. Na evicção, a vontade das partes pode
- (A) reforçar a responsabilidade, mas não diminuí-la ou excluí-la.
 - (B) reforçar e diminuir a responsabilidade, mas nunca excluí-la.
 - (C) apenas excluir a responsabilidade.
 - (D) apenas diminuir a responsabilidade.
 - (E) reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade.
44. Sobre direitos autorais, é correto afirmar que
- (A) dependem de registro para terem proteção legal.
 - (B) compreendem os direitos da propriedade intelectual e industrial.
 - (C) podem ser licenciados, mas nunca cedidos a terceiros.
 - (D) quando morais, são perpétuos.
 - (E) são registrados no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual.
45. A venda de coisa móvel, na qual pode o vendedor reservar para si a propriedade, até que o preço esteja integralmente pago, configura o instituto da
- (A) preempção.
 - (B) venda com reserva de domínio.
 - (C) prelação.
 - (D) retrovenda.
 - (E) venda a contento.

46. Em relação ao contrato de depósito, é correto afirmar que
- (A) é sempre gratuito.
 - (B) se o depósito se entregou fechado, colado, selado, ou lacrado, nesse mesmo estado se manterá.
 - (C) o depositário responde pelos casos de força maior.
 - (D) se voluntário, provar-se-á por qualquer forma.
 - (E) se necessário, presume-se gratuito.
47. É correto afirmar que
- (A) o direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não se transmitem com a herança.
 - (B) aquele que habitar prédio, ou parte dele, não responde pelo dano proveniente das coisas que dele caírem ou forem lançadas em lugar indevido.
 - (C) o dono do animal ressarcirá o dano por este causado, ainda que se prove a culpa da vítima.
 - (D) a responsabilidade civil depende da criminal.
 - (E) se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, equitativamente, a indenização.
48. O usufruto
- (A) não pode ser transferido por alienação.
 - (B) pode recair apenas em bens imóveis.
 - (C) não permite que o seu exercício seja cedido a título oneroso.
 - (D) não pode recair sobre título de crédito.
 - (E) obriga o usufrutuário a pagar as deteriorações resultantes do exercício regular de usufruto.
49. Nas obrigações solidárias,
- (A) o julgamento contrário a um dos credores solidários atinge os demais.
 - (B) a solidariedade se presume.
 - (C) convertendo-se a prestação em perdas e danos, não subsiste, para todos os efeitos, a solidariedade.
 - (D) o credor que tiver remitido a dívida ou recebido o pagamento responderá aos outros pela parte que lhes caiba.
 - (E) o credor não poderá renunciar à solidariedade em favor de um dos devedores.
50. Não havendo convenção, ou sendo ela nula ou ineficaz, vigorará, quanto aos bens entre os cônjuges, o regime de
- (A) comunhão universal.
 - (B) participação final nos aquestos.
 - (C) comunhão parcial.
 - (D) sociedade de fato.
 - (E) união estável.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

51. Quando a petição inicial de um mandado de segurança, de competência originária de um tribunal, é liminarmente indeferida pelo relator ao qual a ação foi distribuída, que medida caberá ao impetrante?
- (A) Interposição de recurso extraordinário ou especial, dependendo da matéria ventilada na decisão de indeferimento da petição inicial.
 - (B) Interposição de agravo para o órgão competente do tribunal que o relator integre.
 - (C) Impetração de um novo mandado de segurança contra o ato do relator junto ao órgão especial da corte que ele integre.
 - (D) Interposição de recurso ordinário constitucional.
 - (E) Interposição de agravo de instrumento perante o Supremo Tribunal Federal ou o Superior Tribunal de Justiça, dependendo da matéria ventilada na decisão do relator.
52. A Companhia Energética de São Paulo (CESP) é uma sociedade de economia mista concessionária de serviço público da competência da União (art. 21, XII, alínea b, da Constituição Federal) e é integrante da administração pública indireta do Estado de São Paulo. Nesse caso, sendo ela autorizada a promover desapropriações de bens imóveis particulares em áreas declaradas, por decreto federal, de utilidade pública, o processamento da ação desapropriatória, segundo o posicionamento mais recente do Superior Tribunal de Justiça, deverá ser promovido
- (A) sempre perante a justiça federal, em razão do poder concedente.
 - (B) sempre perante a justiça estadual, em razão de ser empresa estatal estadual.
 - (C) em regra perante a justiça estadual, podendo haver deslocamento da competência para a justiça federal quando a União manifestar legítimo interesse jurídico próprio sobre a causa.
 - (D) em regra perante a justiça federal, podendo haver deslocamento da competência para a justiça estadual quando forem objeto da expropriação terras devolutas pertencentes ao Estado de São Paulo.
 - (E) perante a justiça estadual, somente quando o local da desapropriação não for sede da justiça federal.
53. É acobertada pela coisa julgada material
- (A) a questão prejudicial levantada em ação declaratória incidental.
 - (B) a verdade dos fatos estabelecida como premissa para o julgamento.
 - (C) a fundamentação do julgamento.
 - (D) a decisão interlocutória não terminativa do processo contra a qual não mais caiba recurso.
 - (E) a sentença que reconhece a falta de interesse processual.

54. É admissível o chamamento ao processo
- do alienante, na ação em que terceiro reivindica do adquirente a coisa cujo domínio foi-lhe transferido.
 - do locador, quando o locatário for demandado em nome próprio em razão da coisa sobre a qual exerce a posse direta.
 - do devedor, na ação em que o fiador for réu.
 - daquele que, por força de contrato, estiver obrigado em ação regressiva a indenizar o prejuízo do que perder a demanda.
 - do proprietário, quando aquele que detiver a coisa em nome alheio for demandado em nome próprio.
55. Considere a seguinte situação hipotética: uma empresa de geração de energia elétrica celebra contrato com uma empreiteira para a construção de uma represa, prevendo uma das cláusulas que a contratada, como uma das garantias do cumprimento da obrigação, perderá a favor da contratante todos os equipamentos e veículos por ela utilizados na obra, no caso de inexecução do ajuste. Posteriormente, verificado o inadimplemento da construtora, esta promoveu, administrativamente, o cumprimento da cláusula de garantia entregando os equipamentos e os veículos que eram empregados no canteiro de obras. Ocorreu, porém, que, dentre os veículos entregues, alguns deles estavam locados à construtora por uma terceira empresa. Não logrando êxito na devolução administrativa dos seus veículos, qual medida judicial poderá ser intentada pela empresa locadora para defesa de seu direito?
- Ação revocatória.
 - Embargos de terceiro.
 - Ação de atentado.
 - Ação de arresto.
 - Ação de reintegração de posse.
56. Na ação de execução por quantia certa contra devedor solvente
- o devedor será citado para opor embargos à execução em 15 dias.
 - o devedor que efetua o pagamento da dívida antes do decurso do prazo para a oposição dos embargos não se sujeita à multa de 10% sobre o montante do valor executado.
 - é incabível a citação ficta.
 - opostos os embargos à execução, não ficarão impedidos os atos de penhora e avaliação, ainda que lhes seja conferido o efeito suspensivo.
 - a intimação da penhora sempre deverá dar-se pessoalmente na pessoa do devedor, mesmo que representado por advogado nos autos.
57. Na ação de execução fiscal,
- o termo *a quo* para oposição dos embargos à execução é contado a partir da data da intimação da penhora, e não da juntada aos autos do mandado de penhora cumprido.
 - não ocorre a prescrição intercorrente da pretensão executiva, uma vez realizada a citação.
 - a prescrição ocorrida antes da propositura da ação pode ser decretada somente se arguida em sede de embargos à execução e depois da oitiva da Fazenda exequente.
 - o executado será citado para, no prazo de três dias, efetuar o pagamento da dívida e, no caso de integral pagamento dentro desse prazo, a verba honorária será reduzida pela metade.
 - não se aplica a penhora *on line*.
58. Analise as afirmativas sobre o recurso de agravo de instrumento.
- A decisão monocrática do relator que não conhece do agravo de instrumento ou que julga o mérito de tal recurso é irrecurável, porém enseja a impetração de mandado de segurança contra tal pronunciamento monocrático.
 - Ao agravo de instrumento sempre será conferido o efeito devolutivo, podendo o relator conferir-lhe também o efeito suspensivo, porém nunca caberá o efeito translativo.
 - Recebido o agravo de instrumento, o relator, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar lesão grave e de difícil reparação, converterá o agravo em retido, determinando a manutenção dos autos na secretaria do tribunal até a vinda da apelação para julgamento conjunto.
- Assinale a alternativa correta.
- Todas as afirmativas estão corretas.
 - Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
 - Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
 - Apenas a afirmativa I está correta.
 - Todas as afirmativas estão incorretas.
59. No processo civil brasileiro,
- a parte não é obrigada a provar o direito municipal, estadual ou federal, de acordo com o brocardo *iura novit curia* (o juiz conhece o direito).
 - vigora a regra da atipicidade dos meios de prova, apesar de o Código de Processo Civil elencar alguns exemplos de meios de prova.
 - o juiz não pode determinar, de ofício, a realização de provas para o deslinde do caso, sob pena de ferir o princípio da imparcialidade.
 - não vigora mais o princípio da identidade física do juiz, depois que a celeridade na concessão da resposta judicial foi erigida a direito fundamental na Constituição Federal (art. 5.º, LXXVIII).
 - a confissão ficta não é admitida.
60. A declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público pela via de exceção, em segundo grau de jurisdição, por força da cláusula de reserva de plenário, deve ser submetida ao tribunal pleno ou ao órgão especial do tribunal que decidirá a questão arguida incidentalmente. Sobre esse procedimento, é correto afirmar que
- quando a questão já tiver sido objeto de pronunciamento do Supremo Tribunal Federal, ainda assim o incidente será submetido ao plenário ou ao órgão especial quando a matéria submetida for inédita de exame perante o tribunal.
 - não é admitida a intervenção da figura do *amicus curiae*.
 - sendo municipal a lei questionada, o incidente não precisa ir ao plenário ou ao órgão especial, porque, nesse caso, o exame da inconstitucionalidade pode ser feito pela turma ou câmara para onde o recurso foi distribuído originariamente.
 - o Ministério Público somente se manifestará nas causas em que haja interesse de incapaz ou nas que versem sobre o estado das pessoas.
 - o acórdão do plenário ou do órgão especial que resolve o incidente de inconstitucionalidade, em regra, não enseja a interposição de recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.

61. Quanto à CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social), indique a única opção correta.

- (A) Caso o empregado não possua CTPS, o empregador fornecerá ao empregado, no ato da admissão, documento do qual constem a data da admissão e a natureza do trabalho, mas fica vedada qualquer referência ao salário.
- (B) As anotações apostas pelo empregador na carteira profissional do empregado não geram presunção *juris tantum*, mas apenas *juris et de jure*.
- (C) Se o empregado ainda não possuir CTPS na data em que for dispensado, o empregador solicitará sua imediata expedição perante a Superintendência Regional do Trabalho, sob pena de configurar infração administrativa.
- (D) Nas localidades onde não for emitida a CTPS poderá ser admitido, até 30 (trinta) dias, o exercício de emprego ou atividade remunerada por quem não a possua, ficando a empresa obrigada a permitir o comparecimento do empregado ao posto de emissão mais próximo.
- (E) A CTPS não poderá servir de prova nos atos em que sejam exigidas carteiras de identidade.

62. Ressalvadas as disposições legais destinadas a corrigir as distorções que afetam o acesso da mulher ao mercado de trabalho e certas especificidades estabelecidas nos acordos trabalhistas, nos termos da CLT é vedado:

- (A) publicar ou fazer publicar anúncio de emprego no qual haja referência ao sexo e à idade, sem exceção.
- (B) recusar emprego, promoção ou motivar a dispensa do trabalho em razão de sexo ou estado de gravidez, sem exceção.
- (C) considerar o sexo, a idade, a cor ou situação familiar como variável determinante para fins de remuneração, formação profissional e oportunidades de ascensão profissional.
- (D) exigir atestado ou exame, de qualquer natureza, para comprovação de esterilidade ou gravidez, na admissão ou permanência no emprego, salvo para atividades de *telemarketing* ou com substâncias radioativas ionizantes.
- (E) proceder o empregador ou preposto a revistas íntimas nas empregadas, salvo se acordada previamente em contrato de trabalho.

63. Considere as assertivas a seguir.

- I. Na falta de estipulação do salário ou não havendo prova sobre a importância ajustada, o empregado terá direito a perceber salário igual ao daquela que, na mesma empresa, fizer serviço equivalente ou do que for habitualmente pago para serviço semelhante.
- II. Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, nacionalidade ou idade, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço não for superior a 2 (dois) anos no emprego; não na função.
- III. A cessão de empregados não exclui a equiparação salarial, embora exercida a função em órgão governamental estranho à cedente, se esta responde pelos salários do paradigma e do reclamante.
- IV. Pelo entendimento sumulado do TST, é possível a equiparação salarial de trabalho intelectual, que pode ser avaliado por sua perfeição técnica, cuja aferição terá critérios objetivos.

Estão corretos somente os itens

- (A) III e IV.
- (B) I, III e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

64. Após cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias, nos termos da Constituição Federal e da CLT. Segundo entendimento Sumulado do Tribunal Superior do Trabalho (TST),

- (A) a remuneração das férias do tarefeiro deve ser calculada com base na média da produção do último período concessivo.
- (B) os dias de férias gozados após o período legal de concessão deverão ser remunerados em dobro, salvo negociação coletiva.
- (C) enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, inclusive nas férias, o empregado substituto fará jus ao salário contratual do substituído.
- (D) a extinção do contrato de trabalho, seja qual for o motivo, sujeita o empregador ao pagamento da remuneração das férias proporcionais, ainda que incompleto o período aquisitivo de 12 (doze) meses, sendo abusiva qualquer previsão em contrário.
- (E) o empregado que se demite antes de complementar 12 (doze) meses de serviço perde o direito a férias proporcionais.

65. Quanto às normas coletivas, é correto afirmar:
- (A) nos termos da CLT, é de 2 anos o prazo máximo de vigência dos acordos e das convenções coletivas, salvo estipulação de cláusula de termo aditivo que prorroga a vigência do instrumento coletivo originário por prazo indeterminado.
 - (B) a compensação de jornada de trabalho deve ser ajustada por acordo coletivo ou convenção coletiva.
 - (C) a prestação de horas extras habituais não descaracteriza o acordo de compensação de jornada.
 - (D) atualmente, prevalece cláusula prevista em convenção ou acordo coletivo que elastece o limite de 5 minutos que antecedem e sucedem a jornada de trabalho para fins de apuração das horas extras.
 - (E) é válido o sistema de compensação de horário quando a jornada adotada é a denominada “semana espanhola”, que alterna a prestação de 48 horas em uma semana e 40 horas em outra, não violando a CLT nem a CF/1988 o seu ajuste mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

66. Assinale a alternativa correta.

- (A) São órgãos da Justiça do Trabalho: o Tribunal Superior do Trabalho, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, as Escolas Regionais de Formação de Magistrados do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho e os Juízes do Trabalho.
- (B) O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros natos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e seis anos, nomeados pelo Presidente da República, sendo um quinto dentre advogados e membros do Ministério Público do Trabalho e os demais dentre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, oriundos da magistratura da carreira.
- (C) Cabe ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema, cujas decisões terão efeito vinculante.
- (D) Cabe às Escolas Regionais de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, dentre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira.
- (E) A Emenda Constitucional n.º 45, de 8 de dezembro de 2004, extinguiu a representação classista na Justiça do Trabalho, permitindo, desse modo, a atuação de auditores fiscais como mediadores de conflitos.

67. Quanto ao procedimento sumaríssimo, considere os itens a seguir.

- I. Os dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário-mínimo vigente na data da propositura da reclamação podem ficar sujeitos ao procedimento sumaríssimo. Ficando excluídas do referido procedimento as demandas em que é parte a Administração Pública direta, indireta, autárquica e fundacional.
- II. Não se fará citação por edital, incumbindo ao autor a correta indicação do nome e endereço do reclamado. O não atendimento do disposto pelo reclamante, acarretará arquivamento da reclamação trabalhista.
- III. Não se admite prova pericial no procedimento sumaríssimo.
- IV. Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, não se admite recurso de revista por contrariedade à Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho.

Está correto apenas o contido em

- (A) I e III.
- (B) IV.
- (C) II.
- (D) III e IV.
- (E) II e IV.

68. Considere os itens a seguir.

- I. Em dissídio individual, está sujeita ao duplo grau de jurisdição, mesmo na vigência da CF/1988, decisão contrária à Fazenda Pública, salvo quando a condenação não ultrapassar o valor correspondente a 60 (sessenta) salários-mínimos e quando a decisão estiver em consonância com decisão plenária do Supremo Tribunal Federal ou com súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho.
- II. Tratando-se de reclamações trabalhistas plúrimas, a aferição do que vem a ser obrigação de pequeno valor, para efeito de dispensa de formação de precatório e aplicação do disposto no § 3.º do art. 100 da CF/88, deve ser realizada considerando-se os créditos de cada reclamante.
- III. Em mandado de segurança, somente cabe remessa “ex officio” se, na relação processual, figurar pessoa jurídica de direito público como parte prejudicada pela concessão da ordem. Tal situação não ocorre na hipótese de figurar no feito como impetrante e terceiro interessado pessoa de direito privado, ressalvada a hipótese de matéria administrativa.
- IV. São aplicáveis, nas condenações impostas à Fazenda Pública, os juros de mora de 1,0% (um por cento) ao mês, a partir de setembro de 2001.

São corretos os itens:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

69. Na Justiça do Trabalho, nos termos da CLT, as decisões interlocutórias não ensejam recurso imediato, salvo nas hipóteses de decisão
- (A) de Tribunal Regional do Trabalho contrária à Súmula, Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho ou direito indisponível do trabalhador.
 - (B) suscetível de impugnação mediante recurso para o Tribunal Superior do Trabalho, por afronta literal à Constituição Federal ou Súmula Vinculante do Supremo Tribunal Federal.
 - (C) de Tribunal Regional do Trabalho contrária à Súmula ou Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho; quando suscetível de impugnação mediante recurso para o mesmo Tribunal; e quando acolha exceção de incompetência territorial, com a remessa dos autos para Tribunal Regional distinto daquele a que se vincula o juízo excepcionado, consoante o disposto no art. 799, § 2.º, da CLT.
 - (D) de Vara do Trabalho ou Tribunal, quando trate de direitos difusos ou individuais homogêneos; quando julgue ações promovidas pelo Ministério Público do Trabalho ou Sindicato como substituto Processual e quando envolva direitos menores.
 - (E) de Vara do Trabalho, quando se trate de direitos decorrentes de normas internacionais.
70. Quanto à execução, indique a opção correta.
- (A) As decisões passadas em julgado ou das quais não tenha havido recurso com efeito suspensivo; os acordos, quando não cumpridos; os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho e os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia e os termos de conciliação extrajudicial firmados entre empregado e empregador serão executados na Justiça do Trabalho.
 - (B) Serão executadas *ex-officio* as contribuições sociais devidas em decorrência de decisão proferida pelos Juízes e Tribunais do Trabalho, resultantes de condenação ou homologação de acordo, exceto quanto aos salários pagos durante o período contratual reconhecido.
 - (C) Somente nos embargos à penhora poderá o executado impugnar a sentença de liquidação, cabendo ao exequente igual direito no prazo de 15 dias, contados da intimação para impugnação dos embargos.
 - (D) Considera-se inexigível o título judicial fundado em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal ou em aplicação ou interpretação tidas por incompatíveis com a Constituição Federal.
 - (E) O responsável solidário, integrante do grupo econômico, que não participou da relação processual como reclamado e que, portanto, não consta no título executivo judicial como devedor, não pode ser sujeito passivo na execução.

71. Analise as seguintes assertivas.
- I. A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: receita de custeio e transferências correntes.
 - II. São receitas de capital, entre outras, as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas.
 - III. São subvenções econômicas as que se destinem a empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril.
- São verdadeiras
- (A) I e II, apenas.
 - (B) I e III, apenas.
 - (C) II e III, apenas.
 - (D) I, II e III.
 - (E) I, apenas.
72. Compete privativamente ao Banco Central do Brasil
- (A) efetuar o controle dos capitais estrangeiros, nos termos da lei.
 - (B) adquirir e financiar estoques de produção exportável.
 - (C) executar os serviços de compensação de cheques.
 - (D) executar o serviço da dívida pública consolidada.
 - (E) disciplinar as atividades de bolsa de valores.
73. Analise as assertivas a seguir.
- I. As empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
 - II. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, desde que obtenha autorização de órgãos públicos.
 - III. A existência de conselho de administração nas sociedades de economia mista é obrigatório.
- É correto afirmar que
- (A) todas são verdadeiras.
 - (B) todas são falsas.
 - (C) apenas as assertivas I e II são verdadeiras.
 - (D) apenas as assertivas II e III são verdadeiras.
 - (E) apenas a assertiva III é verdadeira.
74. Das sociedades enumeradas a seguir, qual delas não desenvolve atividade legalmente caracterizada como empresária?
- (A) Sociedade por ações.
 - (B) Sociedade em nome coletivo.
 - (C) Sociedade simples limitada.
 - (D) Sociedade limitada.
 - (E) Sociedade em comandita simples.

75. O órgão da sociedade de economia mista que possui poderes de representação da sociedade é
- (A) a assembleia geral.
 - (B) o conselho de administração.
 - (C) a presidência.
 - (D) a diretoria.
 - (E) o conselho consultivo.
76. De acordo com a Constituição Federal de 1988, o abuso de poder econômico ocorre quando
- (A) duas empresas se fundem.
 - (B) uma empresa domina o mercado.
 - (C) uma sociedade incorpora outra.
 - (D) o mercado se concentra.
 - (E) a eficiência de uma empresa faz com que uma concorrente perca mercado.
77. Na falência, o crédito tributário será pago
- (A) antes dos extraconcursais.
 - (B) como crédito subordinado.
 - (C) logo após o montante total dos créditos trabalhistas.
 - (D) antes dos créditos com privilégios gerais.
 - (E) junto com os créditos garantidos por hipoteca.
78. O valor de venda de ação em operação realizada no mercado aberto corresponderá ao
- (A) valor de mercado.
 - (B) valor patrimonial
 - (C) valor nominal.
 - (D) preço de emissão.
 - (E) preço de avaliação.
79. Podem requerer recuperação judicial
- (A) as sociedades de economia mista.
 - (B) a sociedade empresária constituída regulamente há mais de 1 ano.
 - (C) as instituições financeiras privadas.
 - (D) o espólio do devedor falido.
 - (E) o devedor empresário na contestação de pedido de falência.
80. Pode(m) ser objeto de concessão de patente:
- (A) métodos matemáticos.
 - (B) micro-organismos transgênicos.
 - (C) regras de jogo.
 - (D) apresentação de informações.
 - (E) materiais biológicos encontrados na natureza.